Art. 5.º Serão imediatamente pagos pela verba a que se refere o artigo 3.º os trabalhos extraordinários já efectuados este ano económico na secretaria da Imprensa Nacional, para se continuar a publicação da *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 16 de Janeiro de 1927.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Ribeiro Castanho*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Julio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 13:035

Havendo sido exonerado, a seu pedido, do cargo de Alto Comissário no distrito da Horta o coronel de cavalaria Fernando Mousinho de Albuquerque, por decreto de 4 do corrente mês, *Diário do Governo* n.º 5, 2.ª série;

Considerando que é de toda a urgência fazer a nomeação da autoridade superior do distrito, cujo lugar se encontra vago pela exoneração do anterior serventuário, Dr. Alberto Goulart de Medeiros, por decreto de 13 de Novembro de 1926, *Diário do Governo* n.º 269, 2.ª série;

Considerando que a boa razão aconselha ainda a necessidade dum regime especial naquele distrito, emquanto se mantiver a situação anormal provocada pelo abalo sísmico de que foi vítima a Ilha do Faial;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É nomeado para exercer, em comissão, o cargo de governador civil do distrito da Horta o capitão de administração militar José Soares de Mesquita, que desempenhava o cargo de adjunto do Alto Comissário.

Art. 2.º Independentemente das funções que lhe são adstritas como governador civil, é-lhe também conferida a superintendência em todos os serviços da administração pública, podendo adoptar as providências excepcionais que em cada caso julgar necessárias a bem do interesse da população do distrito, as quais se encontravam a cargo do Alto Comissário, e bem assim, além destas, o poder de nomear e demitir as autoridades e comissões administrativas e militares em todo o distrito, dando sempre conta aos respectivos Ministros das resoluções que tomar.

Art. 3.º Além dos vencimentos e gratificações a que tem direito como oficial do exército, perceberá mais o subsídio de 2.500\$ mensais, sem qualquer outra remuneração que diga respeito ao cargo de governador civil.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força

de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 17 de Janeiro de 1927.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Ribeiro Castanho*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Julio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 13:036

O decreto com força de lei n.º 11:742, de 17 de Junho de 1926, veio declarar nulas todas as nomeações de amanuenses dos governos civis, secretários e amanuenses das administrações de concelho, desde a publicação da lei n.º 1:344, de 26 de Agosto de 1922, que a ela sejam contrárias ou que hajam sido feitas sem precedência de concurso.

Motivou este diploma o reconhecimento, por parte do Governo da República Portuguesa, de terem sido feitas com violação manifesta deste e de outros preceitos legais bastantes nomeações, sobretudo de secretários e amanuenses das administrações de concelho.

Publicado porém o referido diploma, muitas reclamações surgiram, na sua maior parte originadas nos termos demasiadamente vagos em que elle se encontrava redigido, e o seu estudo levou a, ouvido o Conselho de Ministros, ser publicado o decreto com força de lei n.º 11:905, de 19 de Julho, também do corrente ano.

Assim procurou o Governo atender, na parte que se lhe afigurou justa, essas reclamações, inspirado também no propósito de quanto possível não prejudicar aqueles que nos respectivos cargos se encontravam empossados desde que no seu exercício tivessem dado provas de aptidão e de assiduidade e se sujeitassem ao respectivo concurso.

Torna-se necessário porém esclarecer e interpretar as suas disposições por maneira que terminem dúvidas que na sua aplicação têm surgido, evidentemente dentro do mesmo espírito que o inspirou.

Para tanto:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É declarado sem efeito o decreto com força de lei n.º 11:742, de 17 de Junho de 1926, e substituído para todos os efeitos legais pelo disposto nos artigos seguintes:

Art. 2.º Todas as nomeações de amanuenses dos governos civis, secretários e amanuenses das administrações de concelho que hajam sido feitas anteriormente à data da vigência da lei n.º 971, de 17 de Maio de 1920, são consideradas legais, salvo decisões em contrário, com trânsito em julgado, proferidas pelos tribunais competentes.

Art. 3.º Quanto às nomeações para os cargos a que se refere o artigo antecedente, feitas posteriormente à data da publicação da referida lei n.º 971, observar-se há o seguinte:

§ 1.º Se houver sobre qualquer delas sido proferida pelos tribunais competentes qualquer decisão, com trânsito em julgado, observar-se há esta.

§ 2.º Se estiver pendente de qualquer tribunal recurso dessas nomeações continuarão os nomeados no exercício